

Apresentação

Somanlu é a revista do Programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia e como tal já nasce com a marca transdisciplinar que confere o principal elemento da identidade deste programa da Universidade do Amazonas.

Reunindo artigos oriundos principalmente da Antropologia, da Sociologia, da Geografia, da História, da Comunicação e das Artes, **Somanlu** – ao homenagear o herói mítico recriado pelo escritor Abguar Bastos em obra com o mesmo título – pretende se transformar em instrumento de circulação, da produção de conhecimento de discussões teóricas e de novas idéias, como já está claramente indicado neste seu 1º número.

É sobretudo através das revistas que as idéias começam a circular entre os estudiosos e leitores. É também por seu intermédio que boa parte das pesquisas de alta qualidade e das novas abordagens temáticas e teóricas chegam até seus respectivos públicos.

Nossa expectativa é que através dessa e de outras iniciativas editoriais estejamos contribuindo para consolidar em nosso ambiente de trabalho um projeto de ciência, de pesquisa e de circulação de idéias portadoras do espírito crítico necessário à existência da Universidade.

Seria também um papel de nossas revistas o desenvolvimento de um campo de discussão conceitual e nesse sentido queremos sugerir nesta apresentação, como uma ilustração do que estamos afirmando, uma breve apreciação crítica sobre uma noção que vem sendo de um certo modo banalizada pelo seu uso crescente. Estamos nos referindo à noção de sociodiversidade.

A propósito da noção de sociodiversidade e de expressões próximas como multicultural, é necessário recobrar para elas o mínimo de sentido histórico e sobretudo crítico. De outro modo, passar a usar o termo sociodiversidade para fazer referência ao fato de que as sociedades humanas são diferenciadas implica em certa medida na naturalização dessa compreensão. Significaria uma simplificação reconhecer que as sociedades se diferenciam por força de sua adaptação às condições naturais do ambiente.

O que queremos lembrar é que os elementos que contribuem para a diversidade das sociedades estão constantemente se correspondendo com as diversidades da natureza, mas se desenvolvem predominantemente na esfera das relações culturais e possuem inevitavelmente uma história, muitas vezes marcada por um conjunto complexo de fatores e circunstâncias.

Um outro dado que não podemos deixar de considerar é o da relação entre esses processos culturais e históricos que produzem ou condicionam a diferenciação e o que passou a ser aceito como base para a construção das identidades. É assim que as diferenças e aproximações que possam ser reconhecidas e reforçadas nas relações entre os próprios grupos, populações e sociedades, assumem estatutos concretos e simbólicos, como as necessidades afirmativas de existência, de sobrevivência e de continuidade cultural.

As diferenças e as identificações passam a ser reconhecidas e, dependendo das estratégias adotadas, são reforçadas ou evitadas entre os indivíduos e grupos humanos quando estes se posicionam uns face aos outros. Em algumas situações a estratégia adotada é buscar





reduzir e mesmo negar a diferença ou dissimular esse ou aquele elemento ou traço identitário que se apresenta como desfavorável no conjunto dessas estratégias.

Sem essa presença diante do outro ou de outros, sem essa confrontação mais ou menos tensa, torna-se difícil estabelecer a possibilidade da diferença e de como se configurar a idéia de pertencer e não pertencer, de ser parte em variados graus desses processos de diferenciação que, por sua vez, se concretizam a partir da combinação de múltiplos elementos como as práticas econômicas, as tecnologias, os sistemas religiosos e mágicos, os papéis sociais, a língua e outros códigos. Esses elementos e sistemas de funcionamento das sociedades se constituem e são elaborados e reelaborados como processos históricos e é dessa maneira que produzem a memória, os sistemas de representação e os processos de adaptação e de mudança às diferentes situações internas e externas.

Ao tomarmos a Amazônia como um complexo e diferenciado espaço sociocultural não podemos omitir a constatação de que a noção de diferenciação cultural, de sociodiversidade tem sido historicamente apresentadas de uma forma oscilante. Em muitos casos as noções correspondentes a essa sociodiversidade se apresentam como se fossem historicamente vazias. Esse tipo de dificuldade se evidencia nas diferentes maneiras de ver e registrar a complexidade da formação cultural da Amazônia. É o caso de alguns autores que não apenas foram capazes de reconhecer amplamente a multiplicidade das formas de organização social e cultural dos povos existentes, mas estiveram em condições de detectar ocorrências históricas relacionadas com o desaparecimento de outros povos e grupos, assim como de fatores que estavam atuando no sentido de induzir e impor mudanças no plano da cons-

tituição identitária de povos em presença dos quais se encontravam. Mas a tendência das representações que têm sido construídas em torno da Amazônia – e isso parece ser uma tendência que se constata em outras regiões do mundo vistas como espaços multiculturais, ao entrarem em confronto com o movimento de assédio da civilização ocidental em suas diferentes versões – é a de um nivelamento por baixo, de uma caracterização das sociedades sem respeito às suas particularidades e diferenças, havendo freqüentemente a tendência para a sua exotização, ou seja, para a sua identificação como algo marginal e distante, não apenas geograficamente.

É necessário também não esquecermos que praticamente todo o conjunto de idéias e imagens que se construíram em torno de indígenas e caboclos, mais aceitáveis ou mais falseadas, são freqüentemente exteriores a seus sistemas de auto-representação e tendentes à exotização.

Esse tem sido o risco não propriamente atual de transformarmos as diferenças socioculturais não apenas em termos do exotismo, mas de estarmos colocando em circulação, uma vez mais, uma banalidade sociológica. É o que costuma acontecer quando uma noção ou uma intuição de forte potencial explicativo e interpretativo perde suas possibilidades de crítica e de esclarecimento.

Parece-nos, portanto, essencial um posicionamento para resguardar as possibilidades críticas da sociodiversidade e não apenas de aceitá-la como uma constatação empírica que, na verdade, beira o óbvio. É necessário que o uso dessa noção ocorra com um sentido de compromisso e de responsabilidade, descartando ou pelo menos reduzindo sua inclinação para a banalização. Simplesmente operar com a idéia de que as sociedades humanas

são diferenciadas é contribuir para naturalizar essa evidência. A noção de sociodiversidade adquire maior sentido quando as diferenças, juntamente com as desigualdades que frequentemente se superpõem, são tratadas em sua dimensão histórica e política.

Quando insistimos na necessidade de que a compreensão da sociodiversidade parta de uma posição crítica, lembramos que a maior parte daqueles que produziram impressões e imagens sobre a situação dos povos da região, mesmo tendo como ponto de partida a heterogeneidade sociocultural que era impossível deixar de perceber, terminaram em alguma medida tendendo a substituí-la por uma imagem redutora do indígena, do caboclo, dos povos nativos.

Um aspecto que se tornou corrente na abordagem da sociodiversidade é sua redução ao universo indígena e caboclo e essa é mais uma simplificação que deve ser corrigida. Mesmo quando estamos tratando das sociedades indígenas é sempre necessário considerar a situação bastante corrente do contato com colonos, missionários, soldados, comerciantes que impuseram aos povos locais mudanças às vezes profundas em seus modos de vida.

A noção de sociodiversidade deve portanto se ampliar para incluir atores sociais mais recentes, envolvidos com os movimentos de expansão das fronteiras em sentido amplo. Não cabe aqui entrar no detalhamento dessa questão, mas apenas apontar para a necessidade de não deixarmos que a noção de sociodiversidade, como tem acontecido com tantas outras, se torne um modismo ou uma tolice acadêmica.

É essa temperatura de discussão e de crítica que esperamos que nossos leitores encontrem nos ensaios, artigos, pesquisas e

resenhas que compõem o número de lançamento de **Somanlu**.

Em “Polifonia cultural e pensamento radical” *Edgard de Assis Carvalho* nos põe diante da necessidade cada vez mais presente de repensarmos e refazermos nossos modos de operarmos com a diferença que está sugerida na polifonia cultural. Sugere-nos que essa idéia não pode ser vista apenas como uma das políticas da diferença, mas “por um sentimento de humanismo democrático capaz de estender a solidariedade cívica a todo o planeta”. E põe diante do leitor permanentes perguntas: O que é o humano? Qual seu possível itinerário?

Peter Weigel, trabalhando a noção de hegemonia como inerente ao processo de ocidentalização do mundo indica de que modo, na Amazônia, esse modo de pensar e atuar, apesar de dominante, não consegue se tornar predominante.

Assinala igualmente que a ciência como uma expressão do modo econômico dominante frequentemente se mostra imediatista e sem capacidade de considerar a diversidade das situações históricas que se apresentam, o que significa que a ciência deve ser modificada de modo a perder sua agressividade e passar a interagir de modo mais sensível com a heterogeneidade do mosaico das experiências concretas.

A ciência, como bem anota, à semelhança do que ocorre com a divisão do trabalho inerente ao capitalismo, experimenta intensamente o processo de fragmentação.

Observa também sobre as dificuldades da interdisciplinaridade ao perceber que sua prática implica um sentimento próximo ao de uma perda de identidade e que serão



necessárias mudanças significativas na convivência dos pesquisadores para atingirmos essa situação de interação.

Em “Paul Ricoeur e Walter Mignolo – um estudo de hermenêuticas racionalistas num campo interpretativo”, *Marilene Corrêa* aborda o crescimento da importância da hermenêutica como um recurso fundamental na construção do conhecimento literário, sociológico, antropológico e historiográfico. Ricoeur e Mignolo exemplificam essa importância em campos comuns da análise do discurso e domínio disciplinar.

Narciso Lobo tem se dedicado ao trabalho de pesquisa sobre a TV brasileira que, como sabemos, se tornou um dos produtos culturais mundializados, na verdade como nenhum outro da cultura do País.

Nesse artigo ele se detém em analisar as atitudes do público de hoje diante da minissérie *Anos Rebeldes*, anotando importantes mudanças que acontecem no sentido de que a participação política possuía naqueles anos, marcada pela crença na possibilidade de mudar a história e de que modo aqueles anos recontados pela televisão produzem numa outra geração algo como uma nostalgia, um sentimento de algo que não é mais possível sonhar com justiça e solidariedade.

Em “Teoria crítica, educação e delinquência política”, *José Alcimar de Oliveira* examina os processos de degradação da cidadania brasileira e das origens da irresponsabilidade social e política de nossas elites. Mostra com humor e clareza como o exercício da política se transformou em delinquência e o brasileiro vem se transformando em “cidadão mínimo”.

Em “Direito à Vida: reafirmação da exclusão”, *Elenise Scherer* abre uma oportuna

discussão em torno do estabelecimento do mecanismo compensatório da renda mínima, associado nos diferentes países à crise do emprego e ao aumento da questão social envolvendo o mundo do trabalho. Nesse cenário discute questões como a nova pobreza e a nova exclusão social.

Ao buscar as raízes sociais e políticas do *nativismo* e *regionalismo*, *Luís Balkar* nos mostra como a história além de sua marca de ciência tem sido freqüentemente transformada em meio de mitificação do passado e da difusão de certas idéias sobre o Brasil que na verdade funcionam como um ocultamento dos conflitos e tensões sempre presentes na formação da sociedade brasileira.

O objetivo do artigo que tem como cenário e tempo histórico a Cabanagem é destacar o artifício desse discurso que resulta afinal num tipo de silêncio.

Ricardo Nogueira discute em “Amazônia e questão regional: um regionalismo sufocado” aspectos centrais da questão nacional vista a partir do regional e do regionalismo.

A Amazônia, fica claro em seu artigo, está em desvantagem nesse processo de constituição da formação brasileira, transformando-se em espaço do atraso. Atraso econômico, político e cultural.

Heloísa Lara em “Reflexões em torno das raízes culturais da mulher na Amazônia” tem como propósito levantar questões relacionadas com os sistemas de representação social e cultural da mulher no processo de formação do pensamento social sobre a Amazônia. O mais importante, entretanto, é buscar responder o sentido do silêncio em torno da existência social da mulher no mundo amazônico.

Júlio César Schweickardt propõe em seu ensaio que o estudo da cidade na Amazônia pode ser significativamente enriquecido pela abordagem fenomenológica.

A primeira parte de “Um olhar fenomenológico sobre a cidade” na verdade abre a discussão cheia de sugestões de como os estudos sobre as manifestações da sociedade e da cultura têm muito a ganhar ao ampliarmos sua percepção através da fenomenologia.

Luiz de Oliveira Carvalho em “Aspectos estruturais das cidades e suas transformações” busca retomar a formação das cidades a partir de encontros originários do pensamento de Marx. A primeira parte detém-se em fornecer uma síntese da teoria da sociedade que estaria em Marx e Engels. Em seguida busca apontar através da leitura de alguns autores que percebem no Marxismo limites para a abordagem da cidade como expressão complexa da modernidade e pós-modernidade, as possibilidades de, à luz do pensamento marxista contemporâneo, aceitarmos o novo desafio de compreensão e análise com relação à cidade no ambiente da modernidade.

Ricardo Parente, em “A dialética do seringal”, ao confrontar dois autores que tomam como tema as relações sociais do seringal – Arthur Reis e Ferreira de Castro – sugere que a abordagem sociológica do autor de *O seringal e o seringueiro* contém elementos evidentes de fabulação, ao mesmo tempo em que *A selva*, o romance mais conhecido e mais traduzido tendo como cenário a Amazônia e trama ficcional o mundo do seringal e seus personagens, possui um inequívoco teor sociológico e antropológico. É em torno dessa fronteira móvel entre ciência e ficção que o texto acontece.

É de *Mírcia Ribeiro Fortes* o artigo “A rede de fortificações na Amazônia brasileira:

uma abordagem sobre a militarização (séc. XVII e XVIII)”.

Ao focar a disputa territorial que marca os principais momentos da ocupação da Amazônia pelos europeus, assinala de que modo na produção dos mapas tem-se a representação da realidade como instrumento de poder e ação.

Reconstitui com clareza o contexto de ameaça externa que induz os portugueses à construção, no espaço de aproximadamente dois séculos, de cerca de 40 fortificações na Amazônia, trançando as grandes linhas de sua geopolítica, através de uma rede com pontos hierárquicos e privilegiados.

O aspecto principal do ensaio de *José Ribamar Mitoso* sobre Álvaro Maia é ver o escritor em sua obra através das ricas sugestões teóricas e de interpretação de M. Bakhtin, anotando entre outros aspectos a aproximação de seu estilo ao movimento modernista.

Ricardo Ossame procura apontar em seu artigo “Representações e realidade social intersubjetiva” elementos de sua leitura de E. Goffmann.

Na segunda parte anota a abordagem de Berger e Luckmann em seu conhecido texto sobre a construção social da realidade, destacando as interações face a face entre os indivíduos como as que dão conteúdo à vida cotidiana.

Otoni Mesquita procura em “Cores de um meteoro” empreender um roteiro para a percepção da verdadeiramente meteórica obra do artista Hahnemann Bacelar. Otoni se detém na apreciação de algumas das telas do pintor, buscando anotar os seus traços mais pessoais e inconfundíveis, como que querendo lutar



contra o esquecimento que parece se apossar da obra do pintor.

José Aldemir ao comentar o livro *Massacre*, de autoria do Pe. Silvano Sabatini, em que está contada a história do massacre do Pe. Calleri em 1968, reconhece a importância da recuperação desse episódio controvertido, mas faz a pergunta que inquieta a todos quantos acompanham os diferentes momentos das relações da sociedade nacional com os povos

indígenas: e a visão dos índios? Essa é a parte da história que ainda, desta vez, não foi devidamente reconstituída.

Ernesto Renan Freitas Pinto

(Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado Natureza e Cultura na Amazônia da Universidade do Amazonas)